

Crescimento e prosperidade

A declaração do presidente José Sarney de que o País, em hipótese alguma, adotará a alternativa da recessão soou como uma convocação às forças ativas do sistema econômico no sentido de se mobilizarem para um novo surto de prosperidade. Na composição da estratégia governamental não está prevista qualquer medida que implique a sustação do crescimento, como desejam os militantes da ortodoxia monetarista, matriculados na ideologia retrocessiva do Fundo Monetário Internacional. Era essa a linha de compromisso que os diversos agentes do desenvolvimento nacional, dos trabalhadores aos empresários, desejavam obter na transposição desta fase em que o tempo parece recomeçar o seu misterioso ciclo, a partir do Natal e das festividades de fim de ano.

Com a reiteração da renúncia à terapêutica recessionista, o presidente Sarney fortalece as diretrizes oficiais, adotadas no inicio da Nova República, segundo as quais só mediante o desenvolvimento econômico o Brasil encontrará os meios para vencer suas atuais dificuldades. Na contabilidade do Governo e em suas ações administrativas estão consignados os recursos financeiros e técnicos para garantir taxas de desenvolvimento entre cinco e sete por cento, no que diz respeito ao produto industrial, e de vinte por cento nas exportações, a partir de 1987. O atingimento dessas metas permitirá a solução de alguns dos mais graves problemas sociais do País, entre os quais desponta a marginalização de mais de um terço da popu-

lação.

O aumento do Produto Interno Bruto, que se situou em torno de oito por cento ao correr de 1986, terá buscado doravante com base no incremento da produção agrícola e industrial. Esse binômio deverá prevalecer como orientação básica do Governo para administrar os principais problemas nacionais. É que somente a geração de elevações substanciais do produto industrial e agrícola será capaz de produzir divisas suficientes para satisfazer os serviços e amortizações da dívida externa e garantir o abastecimento interno.

São essas, exatamente, as duas principais frentes de luta do Governo, ambas postas sobre linhas que se entrelaçam e se confundem, nos seus efeitos econômicos e sociais. A queda das reservas externas em 1986, já agora apontada como um complicador a mais nas negociações com os credores internacionais, ocorreu porque o Governo se viu compelido a desviar para o mercado interno fatias expressivas das exportações e subsidiar com importações os desfalques no abastecimento interno. Como se vê, a atuação de um fator exerce efeitos preponderantes sobre o outro, em cadeias de ação e reação que desestruturaram todos os mecanismos do equilíbrio econômico e social.

A situação de abastecimento este ano não foi mais angustiante porque as pressões da demanda nascidas do aumento do poder aquisitivo da sociedade foram em parte contornadas, quanto aos bens de consumo duráveis e equi-

pamentos, pelo incremento de doze por cento do produto industrial. Mas todos são testemunhas que as disfunções exibidas pelo Plano Cruzado, a partir de sua adoção em 28 de fevereiro, tiveram como causa fundamental a insuficiência de mercadorias para oferta ao consumo, com a consequência funesta do advento do ágio.

Então, as linhas de atuação anunciadas pelo presidente José Sarney em sua histórica reunião com a equipe ministerial, que se podem resumir na programação de um esforço para redimensionar as produções agrícola e industrial, servem ao propósito de alcançar situação de folga nas contas externas e de regularidade no abastecimento interno. Quanto a esse último aspecto, não se trata apenas de evitar a ausência de ofertas compatíveis de produtos ao consumo, mas de contornar os efeitos estimuladores da inflação, sempre incontroláveis nas conjunturas marcadas pela escassez.

Pode-se dizer que a perspectiva traçada pelo Governo, de que foi expressão maior a proclamação do presidente Sarney de que o Brasil não cairá na recessão, baseia-se em uma realidade tangível, qual seja a de que o País só poderá resolver os seus problemas pelo crescimento econômico. E, finalmente, porque a prosperidade é o anseio mais nitido da sociedade brasileira e a única fórmula capaz de absorver, sem as históricas síndromes de violência, as turbulências nascidas das desigualdades sociais e da distribuição injusta da renda.